

Bancos privados aderem ao acordo da ^{EXT} dívida

16 MAR 1993

Mais de 700 bancos credores já aceitam renegociar 95% da dívida brasileira

ESTADO DE SÃO PAULO

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — Cerca de cem bancos aderiram ontem à proposta de acordo de renegociação da dívida externa, elevando para mais de 700 o total de credores favoráveis e garantindo a “massa crítica” de 95% do montante de US\$ 44 bilhões a ser refinanciado. A informação foi prestada no início da noite pelo Citibank, que preside o comitê dos bancos credores, ao negociador da dívida, Pedro Malan.

A proposta de renegociação, fechada em julho e aprovada pelo Senado em dezembro, estabeleceu o dia 15 de março como primeiro prazo para a adesão dos bancos e ofereceu um atrativo: um pagamento adicional de juros atrasados do ano passado — de cerca de US\$ 170 milhões — se a “massa crítica” fosse alcançada.

Os números oficiais da adesão dependiam do trabalho de tabulação, ainda em andamento à noite, feito

a partir dos telex de compromisso enviados pelos credores ao Citibank, em Nova York. Nesses telex, os bancos manifestam a intenção de participar do plano de refinanciamento proposto pelo Brasil, fazem suas opções iniciais entre os vários novos instrumentos da dívida oferecidos e, em alguns casos, apresentam condições. “O que se está verificando é se as condições apresentadas pelos bancos correspondem às condições oferecidas na proposta do governo”, disse uma fonte oficial.

O governo brasileiro e o comitê de bancos devem divulgar hoje comunicado informando o resultado da mais complexa renegociação já tentada por um país devedor desde o início da crise financeira dos países em desenvolvimento, em 1982.

Em acordos passados, chegar à “massa crítica” representou o ponto culminante do esforço de renegociação, a partir do qual preparavam-se os contratos e marcava-se a

assinatura do acordo. Dessa vez, o processo será mais longo e dependerá da capacidade do governo de adotar e executar uma política econômica com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI). Um acordo com o Fundo facilitaria o financiamento dos até US\$ 3,2 bilhões em títulos do Tesouro dos Estados Unidos que o governo se comprometeu a entregar aos bancos na data da assinatura dos contratos.

O passo seguinte será o “rebalançamento” das opções iniciais dos bancos entre os diversos papéis oferecidos pelo governo. Previsivelmente, a maioria dos credores optou pelo bônus ao par num proporção de 70% da dívida. Essa distribuição reduziria muito pouco a dívida, encareceria o custo das garantias e por isso seria inaceitável para o País. Os bancos sabem disso e não serão surpreendidos pelo convite para que refaçam as escolhas.

dívida